

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL  
PLAGEDER**

**MARCO ANTONIO NUNES VIEIRA**

**PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS NO MUNICÍPIO DE VIAMÃO:  
CONVENCIONAIS VERSOS ORGÂNICOS.**

**VIAMÃO**

**2011**

**MARCO ANTONIO NUNES VIEIRA**

**PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS NO MUNICÍPIO DE VIAMÃO:  
CONVENCIONAIS VERSOS ORGÂNICOS.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. FABIO KESSLER  
DAL SOGLIO

Coorientador: Prof. MsC. CLAUDIO  
MACHADO MAIA

**VIAMÃO**

**2011**

**MARCO ANTONIO NUNES VIEIRA**

**PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS NO MUNICÍPIO DE VIAMÃO:  
CONVENCIONAIS VERSOS ORGÂNICOS.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: (Cidade local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

---

Prof. Dr. Fabio Kessler Dal Soglio - orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra. Gabriela Coelho-de-Souza  
UFRGS

---

Profa. Dra. Stella Maris Pieve  
UFRGS

A minha esposa Fabiane e filhos Leonardo Antonio e João Pedro pelo esforço e compreensão nas horas em que abdiquei de estar com eles para elaborar este estudo.

Aos amigos e familiares que me incentivaram a continuar e concluir este curso.

Aos orientadores e tutores por me estimular à pesquisa para conclusão dessa graduação.

Dedico a vocês com aberta gratidão e carinho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar força para seguir lutando para vencer com dignidade na vida.

Aos Familiares, amigos e colegas pela incansável insistência motivacional, o que teve relevante contribuição, para que eu ganhasse força e coragem para superar mais este degrau da vida.

Ao amigo e Pastor Vinicius pelas noites de sono despendidas no auxílio para elaboração e conclusão desse estudo.

Ao órgão de pesquisa e assistência técnica EMATER, por me fornecer subsídios importantes e acompanhar em algumas visitas, o que foi de extrema relevância para elaboração desse estudo.

Ao meu Orientador Professor Fabio Kessler Dal Soglio e ao Coorientador Claudio Machado Maia pela incansável paciência, persistência e atenção para comigo, me incentivando e motivando para finalização desse estudo.

Aos tutores pela dedicação e atenção nas horas difíceis, onde desempenharam papel de soberana importância na elaboração dos trabalhos ao longo do curso e principalmente nesse momento final.

A todos meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

O foco desse estudo é conhecer a realidade da produção de hortaliças no município de Viamão, no Rio Grande do Sul, a partir do seu resgate histórico e da análise dos motivos pelos quais a produção de hortaliças é realizada, na sua grande maioria, de modo convencional e não orgânico. Para realização desse estudo, procedeu-se a combinação de algumas técnicas de investigação, buscando compreender melhor o tema objeto de estudo e responder a indagação que o norteia. Para chegar ao resultado final e responder essa indagação, foi utilizado roteiro de entrevistas com perguntas que permitiam respostas abertas, as quais, posteriormente, foram interpretadas. Para aclarar o entendimento a respeito do tema, serão abordados conceitos que contextualizam o leitor com o assunto analisado, como a agricultura convencional, orgânica e familiar. A partir das considerações das entrevistas, inferiu-se que, para a maioria dos olericultores, a falta de oferta de mão de obra apareceu como um dos fatores comuns que os conduz a permanecer produzindo de forma convencional. Além disso, constata-se que o modelo de produção incentivado na década de 70, no início do cultivo de hortaliças em Viamão, está fortemente assentado no cerne dos pacotes tecnológicos, o que faz com que esses olericultores permaneçam nesse modelo até a atualidade. Outra constatação é que não existe, por parte do poder público, um fomento à produção e consumo de orgânicos.

Palavras-chave: Agricultura Convencional. Agricultura Orgânica. Agricultura Familiar. Hortaliças em Viamão.

## ABSTRACT

The focus of this study is to know the production of vegetables reality in the city of Viamão in Rio Grande do Sul, from its historical review and analysis of the reasons why the production of vegetables is, mostly, conventional rather than organic. To perform this study, we proceeded to some combination of research techniques to get better understanding to the subject for study and answer the question that guides them. To reach the final result and answer this question, we used script for interviews with questions that allowed informal answers, which were later interpreted. To clarify the understanding of the issue, some concepts will be developed to contextualize the reader into the subject discussed, as conventional, organic and family agriculture. From the interviews, we inferred that, for most farmers, the shortage of manpower emerged as a common factor that leads them to stay producing conventionally. Moreover, it appears that the production model in the 70's encouraged at the beginning of the cultivation of vegetables in Viamão is strongly seated at the heart of technological packages, which makes these farmers follow this model up now. Another situation is that there is not a promotion of organic production and consumption by the government.

Keywords: Conventional Agriculture. Organic Agriculture. Family Agriculture. Vegetables in Viamão.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Figura de localização de Viamão .....	24
Figura 02: Igreja Matriz de Viamão .....	26
Figura 03: Imigrante japonês, um dos primeiros moradores da colônia .....	31
Figura 04: Vista parcial da propriedade 05 .....	32
Figura 05: Vista da propriedade 06 .....	32
Figura 06: Produção de Agrião .....	33
Figura 07: Canteiros de Tempero Verde .....	33
Figura 08: Área de plantio na propriedade do produtor 01 .....	36
Figura 09: Cobertura de canteiros com técnica de Plasticultura .....	38
Figura 10: Canteiros com policultivo de hortaliças Orgânicas .....	40
Figura 11: Policultivo de hortaliças Orgânicas .....	41
Figura 12: Comercialização na Feira Agroecológica do Bom Fim .....	43



## **QUADROS**

Quadro 01 Agricultura Convencional x Agricultura Orgânica .....	21
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS

ASCAR- Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

CEASA - Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A

COPERAV - Cooperativa dos produtores orgânicos da reforma agrária de Viamão

EMATER/RS - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural/Rio Grande do Sul

MAPA- Ministério da Agricultura Pecuária e Agronegócio

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. METODOLOGIA.....	14
3. AGRICULTURA CONVENCIONAL, ORGÂNICA E FAMILIAR.....	16
3.1 Agricultura Convencional.....	16
3.2 Agricultura Orgânica .....	17
3.3 Agricultura Familiar .....	18
3.4 Análise comparativa .....	20
4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	24
4.1 Resgate Histórico-Geográfico .....	24
4.2 Histórico da produção de hortaliças em Viamão.....	29
5. PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS EM VIAMÃO .....	30
5.1 Caracterização dos Produtores Convencionais de Hortaliças.....	30
5.1.1 Quanto ao uso do Sistema Convencional .....	34
5.1.2 Dificuldades à conversão de Sistema .....	35
5.1.3 Comercialização .....	37
5.1.4 Questão Ambiental .....	38
5.2 Caracterização dos Produtores Orgânicos de Hortaliças.....	40
5.2.1 Quanto ao uso do Sistema Orgânico.....	41
5.2.2 Limitações da Produção Orgânica.....	42
5.2.3 Comercialização .....	42
5.2.4 Questão Ambiental .....	44
5.3 Análise dos Resultados .....	43
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	46
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	48
8. APÊNDICE .....	50
9. ANEXOS .....	51

## 1 INTRODUÇÃO

Esse estudo pretende refletir sobre a temática da produção de hortaliças no Município de Viamão, RS, ao discutir as formas de cultivo convencional e orgânico. É relevante, para tanto, a descrição do que se entende por Agricultura Convencional e Agricultura Orgânica. Assim, no cultivo de hortaliças na forma convencional (principal prática entre os produtores de Viamão), são empregados métodos de preparo do solo com mecanização pesada, aplicação de adubação química para fertilização e agroquímicos para controle fitossanitário. Já o cultivo na forma orgânica, os produtores utilizam a adubação orgânica para a fertilização do solo e o controle biológico para o tratamento fitossanitário. Além disso, o modelo orgânico permite que haja um manejo mais adequado em relação à preservação ambiental.

Historicamente, a agricultura convencional no Brasil foi fortemente fomentada no período do regime militar, na década de 70, e originou-se dos pacotes tecnológicos governista da época, sendo sinônimo de crescimento econômico. Esse modelo de agricultura foi também chamado de Revolução Verde.

Conforme Fillipi e Conterato (2009, p.13): “[...] como consequência dos resultados da Revolução Verde, obteve-se um aumento significativo da produção agrícola e pecuária nacional, com uma série de políticas e ações prioritariamente direcionadas aos estabelecimentos rurais patronais”. Constata-se, nesse caso, que o modelo de agricultura praticado no período era basicamente direcionado aos grandes produtores, responsáveis, na época, pela produção de matéria-prima às indústrias.

Nesse contexto tecnológico, está a modernização do meio rural, a qual contribuiu tanto para o aumento da produção no meio rural como para a liberação de mão de obra e o crescimento das indústrias. A partir disso, as indústrias aumentaram a produção e passaram a produzir em escala, atendendo à demanda de alimentos das populações dos centros urbanos. Com a padronização da produção de alimentos, tanto no meio rural como no industrial (característica da Revolução Verde), torna-se possível a negociação no mercado internacional a valores mais atraentes. Assim, perde-se a característica de produzir alimentos para consumo e passa-se a produzir *commodities*. Fillipi e Conterato (2009, p.13) chamam a atenção para esse período: “[...] a pequena produção, familiar e camponesa, ficou relegada a um plano

marginal, apenas dinamizada através de políticas públicas específicas, implementadas a partir da década de 90”.

Somente a partir da década de 90, então, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os pequenos agricultores familiares passaram a ter um atendimento direcionado às suas necessidades com linhas de créditos voltados a atender suas expectativas de produção rural. Nesse contexto, o MDA relaciona a agricultura familiar com a força de trabalho exercida pelos familiares nos seus empreendimentos rurais.

Com o recrudescimento dos movimentos ecológicos desde os anos 80, o modelo de agricultura convencional vem sendo duramente criticado por ambientalistas, pelo impacto socioambiental que representa para o planeta.

Além disso, a partir dos anos 90, os apelos à preservação do meio ambiente e ao consumo de alimentos naturalmente saudáveis ganham destaque no cenário brasileiro. Nesse contexto, o cultivo orgânico surge como alternativa para o desenvolvimento rural, agregando valores aos saberes sociocultural local. Para Fillipi e Conterato (2009, p.47): “A natureza multifacetada do desenvolvimento rural permite práticas interconectadas (produção orgânica, agroturismo, qualidade dos produtos) associadas a regiões específicas, além da agregação de valor e atribuição de novos papéis e funções ao meio rural e agrícola”. Assim, não só amplia-se o entendimento do que representa o conceito de desenvolvimento rural, como também dá significado à nova opção de cultivo. Conforme Dal Soglio e Kubo (2009, p.30) destacam, “[...] a adequação dos projetos de desenvolvimento às condições locais, incluindo o controle local, com a redução da dependência, resulta no desenvolvimento de sistemas mais sustentáveis”. À luz desta reflexão, pode-se dizer que a produção orgânica promove a produção de alimentos naturalmente mais saudáveis e a possibilidade de inclusão social, pois leva como prerrogativas, os saberes socioculturais locais.

O foco desse estudo, portanto, é a produção de hortaliças no Município de Viamão, cujo objetivo geral é conhecer a realidade dessa produção e, a partir disto, analisar os motivos pelos quais ela é realizada, na sua maioria, de modo convencional. E, como objetivos específicos, pretende-se resgatar a história da produção de hortaliças em Viamão e fazer uma análise comparativa entre agricultura convencional e orgânica nesse contexto.

Ao final do estudo, pretende-se responder a indagação: Por que o Município de Viamão, um dos maiores produtores de hortaliças folhosas (alface, radite, agrião, couve, entre outros) do Estado do Rio Grande do Sul, ainda produz, predominantemente, no modo convencional?

É importante destacar, nesse sentido, que o predomínio do cultivo de hortaliças convencionais se contrapõe à busca por alimentos naturalmente mais saudáveis, sem a utilização de agroquímicos, além do baixo consumo de energia não renovável na sua produção. Isso tudo torna o produto orgânico com um valor comercial ainda mais atrativo, e incentiva a aceitação do produto. E, ainda, há a questão socioambiental na produção orgânica, que envolve tanto a preservação da natureza como a valorização dos saberes sociais locais.

Os dados levantados nesse estudo, portanto, podem contribuir para o entendimento da realidade olerícola de Viamão e ajudar a elucidar por que a grande maioria de produtores de hortaliças se mantém na prática convencional. Ainda, eles podem ser utilizados como base para políticas públicas locais que visem não só o cultivo, mas também, a comercialização e incentivo ao consumo de produtos orgânicos.

Esse estudo, finalmente, está estruturado, após a apresentação da metodologia, da seguinte maneira: primeiro, serão abordados os conceitos e as descrições da agricultura convencional, orgânica e familiar para um melhor entendimento do assunto; depois, será apresentado o histórico do município e sua localização, bem como um breve resgate histórico da produção de hortaliças em Viamão; e, por último, será feita a caracterização dos olericultores convencionais e orgânicos no Município de Viamão e a análise dos resultados.

## 2 METODOLOGIA

Metodologicamente, para a realização dessa pesquisa, procedeu-se a combinação de algumas técnicas de investigação, buscando compreender melhor o tema objeto de estudo e responder a indagação que norteia esta observação.

Optou-se, então, pela combinação das pesquisas qualitativa e quantitativa. Na qualitativa não é levada em consideração a representatividade numérica, mas sim o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou uma organização. A quantitativa centra-se na objetividade, na coleta e na análise dos dados de um determinado assunto (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.31, 33). O uso destes dois métodos permite recolher mais informações, sobre a produção de hortaliças no Município de Viamão, do que se poderia conseguir isoladamente. Na pesquisa qualitativa possibilita conhecer a realidade e resgatar história da produção de hortaliças, bem como a situação sociopolítica destes produtores. E a pesquisa quantitativa permite a coleta de dados numéricos, como o número de horticultores, pessoas envolvidas na produção, tempo que desempenham a atividade olerícola, entre outros.

Também foi usada a Pesquisa bibliográfica, em livros e artigos, essas fontes servem como meios fundamentais para o embasamento conceitual e teórico, ampliando o conhecimento e entendimento sobre o tema e a realidade a ser estudada.

Além disso, serviu-se da entrevista com roteiro semiestruturado, pois este instrumento permite respostas abertas. Posteriormente, elas foram transcritas em forma de texto, sem perder o foco e a função da ideia geral do pensamento apresentado pelos agricultores em relação a cada questionamento. A combinação destas formas de coleta de dados é importante, pois aproximam o pesquisador da realidade a ser estudada. Além disso, esse modelo de entrevista possibilita ao pesquisador um conhecimento mais aprofundado da temática a ser investigada. Ademais, este processo fornece indicativos para a condução da pesquisa. A entrevista semiestruturada permite a elaboração de questões sobre o tema analisado, e propicia ao entrevistado discorrer livremente sobre tópicos que vão surgindo como desenvolvimentos do tema principal.

Visando dar forma e conteúdo ao tema proposto e com a finalidade de obter resposta aos objetivos especificados decidiu-se inicialmente consultar os extensionistas, da EMATER

unidade de Viamão, para investigação da realidade da produção de hortaliças em Viamão. Onde foi possível constatar o número de olericultores convencionais assistidos pela EMATER, bem como as localidades produtoras com mais expressão do município. Além disso, pode-se ter o número aproximado de produtores orgânicos de hortaliças, haja vista, que não há registro do número desses olericultores, pelos órgãos de assistência técnica e secretaria de agricultura municipal.

Para uma representação, finalmente, dos produtores de hortaliças do Município de Viamão, foram entrevistados dez produtores de hortaliça convencional (de um universo de 126 produtores assistidos pela EMATER-RS) e dois produtores de hortaliça orgânica, inseridos num universo de aproximadamente 06 produtores existentes no município. A escolha se deu sobre aqueles que apresentam características que expressem a maioria, tomando como ponto de partida a área e cultivares plantados, bem como a semelhança na estrutura de mão de obra familiar. Busca-se, com isso, representar, o mais fidedignamente possível, a realidade dos produtores de hortaliças do município. Elegeram-se nesse modelo de recorte, as localidades de Itapuã e Peri-urbana, pelo grande número de produtores de hortaliças existente no município, facilitando assim a coleta de dados mais concisos e direcionados ao tema de estudo.



### 3 AGRICULTURA CONVENCIONAL, ORGÂNICA E FAMILIAR

Neste capítulo, serão abordados os conceitos que norteiam o assunto objeto de estudo. Assim, pretende-se descrever a agricultura convencional, sob o ponto de vista de alguns autores, além de analisar a agricultura orgânica no contexto da produção agroecológica, dando destaque também a agricultura familiar.

#### 3.1 AGRICULTURA CONVENCIONAL

A agricultura convencional é um padrão de cultivo onde predomina a busca da maior produtividade por meio do emprego massivo de insumos agrícolas de origem industrial, o que, em curto prazo, favorece o acréscimo da produtividade e a eficácia agrícola. Gliessman (2000, p.34), no entanto, afirma que: “A agricultura convencional está constituída em torno de dois objetivos que se relacionam: a maximização da produção e a do lucro”. Isso demonstra a alta demanda de tecnologia e de insumos que esse modelo de agricultura necessita para atender suas necessidades, sendo que a questão ambiental não é considerada relevante. Ele ainda salienta que: “[...] a sua produção é maximizada pelo aporte de insumos apropriados, sua eficiência produtiva é aumentada pela manipulação de seus genes, e o solo simplesmente é o meio no qual suas raízes ficam ancoradas” (GLIESSMAN, 2000, p.34).

Entretanto, em longo prazo, a agricultura convencional tende a ocasionar agravos ambientais que não são contabilizados pelos seus adeptos. Além disso, os aparatos tecnológicos tendem a manter os índices de produção a um custo cada vez mais elevado, o que acarreta na dependência dos agricultores das multinacionais e o encarecimento do custo de produção, com a conseqüente diminuição da margem de lucro e aumento do endividamento do produtor rural.

Conforme Dias (2006, p.2) Agricultura Convencional é:

“Um modo agrícola onde prevalece a busca da maior produtividade através da utilização intensa de insumos externos, o que em curto prazo trás resultados econômicos visíveis como o aumento da produtividade e

eficiência agrícola. Observa-se nessa agricultura convencional uma lógica de exploração ao máximo da natureza e que ela está presente para nos servir, sem observar os limites de sua utilização. Também, verifica-se que o plantio é focado na monocultura desenvolvida em larga escala, o que em longo prazo pode gerar um estreitamento da diversidade genética do meio ambiente explorado”.

Portanto, essencialmente, a agricultura convencional está forjada nos pacotes tecnológicos oriundos da Revolução Verde, onde é preconizado o emprego de motomecanização e insumos agroquímicos para melhorar os índices de produção.

### 3.2 AGRICULTURA ORGÂNICA

A agricultura orgânica é um sistema de cultivo que busca nas fontes naturais o aporte de insumos e o tratamento fitossanitário das espécies vegetais. Mas, muitas vezes, ela é confundida com o conceito, mais amplo, da agricultura ecológica. Para elucidar o entendimento da dicotomia entre os termos agricultura ecológica e agricultura orgânica, é importante analisar os seus conceitos conjuntamente.

De maneira geral, pode-se dizer que a agricultura orgânica faz parte da agricultura ecológica ou agroecologia, a qual engloba várias concepções de agriculturas alternativas, como a permacultura, a agricultura orgânica, entre outros. Na sua essência, esses sistemas de cultivo e produção agrícola preconizam a não utilização de agroquímicos, a defesa da agricultura em pequenas propriedades, a comercialização direta, a conservação dos recursos naturais e o respeito à natureza. Paschoal (1994, p.29-30) define a agricultura orgânica como sendo:

“Um método de agricultura que visa o estabelecimento de sistemas agrícolas ecologicamente equilibrados e estáveis, economicamente produtivos em grande, média e pequena escalas, de elevada eficiência quanto à utilização de recursos naturais de produção e socialmente bem estruturados, que resultem em alimentos saudáveis, de elevado valor nutritivo e livres de resíduos tóxicos, e em outros produtos agrícolas de qualidade superior, produzidos em total harmonia com a natureza e com as reais necessidades da humanidade”. (PASCHOAL 1994, p.29-30)

O sistema de produção orgânica se baseia em normas de produção específicas, cuja finalidade é estabelecer estruturas que sejam sustentáveis do ponto de vista social, ecológico, técnico e econômico. Conforme o Ministério da Agricultura e Abastecimento (IN Nº 007, de 17 de maio de 1999), o sistema de produção orgânica é:

“Todo aquele em que se adotam tecnologias que aperfeiçoem o uso de recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados-OGM/transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação” (BRASIL, 2011).

Percebe-se, então, que a produção orgânica, além do aspecto econômico, considera a interface dos recursos naturais, culturais e sociais, buscando a conservação do meio ambiente cultivado.

### 3.3 AGRICULTURA FAMILIAR

Agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso recente, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire novas acepções. Ainda encontrando-se em proeminência, o conceito de agricultura familiar não está visivelmente delineado. Nesse sentido, cabe ressaltar que:

Embora a delimitação do universo de agricultores tenha critérios objetivos como base, não se desconhece a importância da dimensão cultural na conformação da agricultura familiar, que é resultado de um processo histórico no qual interage um conjunto de oportunidades, restrições e alternativas com as quais se defrontam, em cada momento, os agricultores, e que podem tanto potencializar como minar as bases de sustentação dessa forma de organizar a produção. Isso significa que os agricultores familiares não podem ser tomados como um grupo homogêneo e como forma de produção estável, que se reproduz fechada e mantém as características básicas que individualizam os produtores como familiares. (FILHO e BATALHA 2005, p.16).

A agricultura familiar, assim, não compreende somente aquilo que é senso comum: os agricultores que histórica e culturalmente usufruem de uma parcela de terra, onde a mão de obra contratada é menor do que a familiar. Ela é, na verdade, um grupo heterogêneo e instável com características próprias e abertas.

Conforme Maia (2008, p.23) “No meio acadêmico, alguns autores buscam aprofundar suas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, propondo um tratamento mais analítico e menos operacional”. Nesse sentido, Maia (2008) chama atenção que, dentre os assuntos que permeiam a discussão que se estabelece, sobressai-se diferentes pontos de vista sobre as raízes do conceito de agricultura familiar, apontando como uma das alas de pensamento, o europeu, que considera a moderna agricultura familiar uma nova classe, originada nas alterações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. Para essa linha de pensamento não há sentido em fazer uma relação com as origens históricas do conceito, e estabelecer uma analogia com a agricultura camponesa. Segundo Maia (2008, p.23 *apud* Abramovay 1992, p.22), “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”.

Por outro lado, o termo Agricultura Familiar é complexo e multifacetado, permitindo, entretanto diversos significados sob o ponto de vista de outros autores, desta forma:

[...] agricultura familiar é um conceito em evolução, com significativas raízes históricas. Uma das autoras dessa linha, Nazareth Wanderley, apresenta a agricultura familiar como um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares. Para essa autora, as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade (MAIA 2008, p.24 *apud* WANDERLEY, 1999, p.22).

Esses autores atentam para a não dissociação do conceito atual de agricultura familiar da forma histórica, ressaltando as transformações do termo, sem fazer uma ruptura às suas raízes delineando uma evolução sem perder a vertente nas origens históricas. Portanto, a agricultura familiar que se reflete nas coletividades contemporâneas deve adaptar-se a uma conjuntura socioeconômica próprio dessas sociedades. Esses amoldamentos fazem com que o agricultor passe a ser chamado de “agricultor familiar moderno”, porém não causam uma

ruptura total e definitiva com os modelos antecedentes, pois é a reminiscência que ele possui que consente sua adaptação às inovações exigidas por esta sociedade.

Essa dicotomia entre as definições do termo Agricultura Familiar, porém, não a distancia da realidade. Apenas apresenta, sob múltiplos pontos de vista, a complexidade de formar um consenso em relação a um denominador comum.

Desse contexto, entretanto, emerge a necessidade de delinear o que se entende por agricultura familiar:

A Instrução Normativa nº 01/2009 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) define em seu artigo 1º, Agricultor Familiar, como sendo um empreendedor familiar rural, aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos: a. Não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais (o módulo fiscal é uma unidade de medida, também expressa em hectare, fixada para cada município, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979); b. Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; c. Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; d. Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2011).

A Instrução Normativa, Nº 01/2009, do MDA vem corroborar a realidade vivenciada pelos agricultores e pecuaristas viamonenses, tanto convencionais como orgânicos, cuja força de trabalho é essencialmente familiar. Ainda de acordo com essa lei, os princípios da agricultura familiar estão em consonância com a agroecologia, valorizando a sustentabilidade socioambiental e econômica, a proteção da fertilidade do solo e a diversificação do plantio, entre outros.

### 3.4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AGRICULTURA CONVENCIONAL E ORGÂNICA

Com base nas sistematizações elaboradas por Dias (2006, p.3-4) e Paschoal (1994, p.30-35), é possível comparar algumas características da agricultura convencional com a orgânica, destacando seus pontos principais.

Quadro 01- Agricultura Convencional x Agricultura Orgânica

<b>Agricultura Convencional</b>	<b>Agricultura Orgânica</b>
<p style="text-align: center;">Exploração</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso excessivo do solo e da água;</li> <li>• Benefícios de curto prazo sobrevalorizado;</li> <li>• Baseia-se em uso bastante intenso de recursos não renováveis;</li> <li>• Elevada produtividade para abastecer a demanda por consumo, mantendo o feito multiplicador para o crescimento econômico.</li> </ul>	<p style="text-align: center;">Conservação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manejo e conservação do solo e da água;</li> <li>• Resultados de curto e longo prazo devem ser igualmente considerados;</li> <li>• Baseia-se em fontes alternativas de energia e os recursos não renováveis são conservados;</li> <li>• Uso adequado de máquinas e implementos agrícolas;</li> </ul>
<p style="text-align: center;">Especialização</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Base genética estreita</li> <li>• Maior parte dos cultivos em monocultura;</li> <li>• Monocultivo contínuo;</li> <li>• Sistemas de produção padronizados;</li> <li>• Ciência e tecnologia especializada e reducionista.</li> </ul>	<p style="text-align: center;">Diversidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampla base genética;</li> <li>• Rotação de culturas e policultivo;</li> <li>• Várias culturas em rotação complementar;</li> <li>• Manejo natural de pragas, patógenos e ervas invasora;</li> <li>• Sistemas de produção localmente adaptadas;</li> <li>• Ciência e tecnologia interdisciplinares e orientadas para os sistemas.</li> </ul>
<p style="text-align: center;">Dominação da Natureza</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Natureza consiste primeiramente em ceder recursos a serem explorados e dominados pelo homem;</li> <li>• Alimentos altamente processados, adicionados de nutrientes e padronizados.</li> </ul>	<p style="text-align: center;">Harmonia com a Natureza</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração com natureza respeitando seus limites;</li> <li>• Imitação dos ecossistemas naturais (ex.: agrofloresta, policultivo);</li> <li>• Alimentos minimamente processados, naturalmente nutritivos e saudáveis.</li> </ul>
<p style="text-align: center;">Competição</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Interesses pessoais, falta de cooperação;</li> <li>• Tradição cultural rural abandonada;</li> <li>• Agropecuária é apenas negócio;</li> </ul>	<p style="text-align: center;">Comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão social, maior cooperação, preservação das tradições, saberes e cultura rural local;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ênfase a velocidade, a quantidade e ao lucro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservação de pequenas comunidades rurais essenciais para a agricultura;</li> <li>• Conservação da natureza e da dignidade humana.</li> </ul>
<p style="text-align: center;">Dependência</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidades de produção e tecnologia de larga escala e uso intensivo de capital;</li> <li>• Elevada dependência em fontes externas de energia, insumo e crédito;</li> <li>• Consumismo e dependência no mercado;</li> <li>• Ênfase dada à ciência, especialistas e experts.</li> </ul>	<p style="text-align: center;">Independência</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidades de produção e tecnologia de menor escala e uso reduzido de capital;</li> <li>• Baixa dependência a insumos externos;</li> <li>• Potencializa as capacidades de troca de saberes;</li> <li>• Ênfase dada ao conhecimento interpessoal local e regional;</li> </ul>
<p style="text-align: center;">Centralização</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção, processamento e marketing nacional/internacional;</li> <li>• Menor número de produtores, controle concentrado da terra, dos recursos e do capital.</li> </ul>	<p style="text-align: center;">Descentralização</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção, comercialização mais regionalizados/local;</li> <li>• Maior número de produtores, controle descentralizado da terra, dos recursos e do capital.</li> <li>• Participação em redes de certificação (descentralização do poder):</li> </ul>

Fonte: Adaptado DIAS (2006, p. 3-4) e PASCHOAL (1994, p. 30-35)

Os dois modelos de agricultura descritos acima indicam que o sistema convencional, baseado no uso da terra como substrato para obtenção de lucros, é a prática da agricultura em grande escala, além de produtores de médio e pequeno porte que se espelham nesse sistema para conduzir suas atividades. Em contraste, pode-se observar a forma mais simples e integrada de utilização dos recursos naturais para obtenção de sustento na produção baseada na agricultura orgânica, o que se adéqua bem à realidade da agricultura familiar, onde os próprios agricultores dirigem o processo produtivo e os membros da família são base da força de trabalho.

É importante destacar, também, que tanto a produção convencional como a orgânica tem intrínseco o objetivo de gerar lucro. A agricultura orgânica, porém, além de buscar a rentabilidade econômica, tem a preocupação em preservar os recursos naturais e as energias

não renováveis. Já a produção convencional tem sua atenção voltada a atender a grande demanda gerada pelo mercado consumidor.



## 4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

### 4.1. RESGATE HISTÓRICO-GEOGRÁFICO

O Município de Viamão, dista cerca de 22 km de Porto Alegre, sendo parte da região metropolitana, com 239234 habitantes, onde 224962 está na área urbana e 14272, na rural, embora mais de 80% da área do Município está na área rural (IBGE, 2010).



Figura 01: Localização de Viamão, Fonte: (VIAMÃO, 2011).

Os Campos de Viamão tinha uma extensão territorial em que várias foram as famílias que se estabeleceram em determinadas regiões. Eram os chamados sesmeiros e suas povoações datam de 1730, onde Diogo Fonseca Martins<sup>1</sup> e sua esposa Ana Guerra<sup>2</sup> se estabeleceram onde hoje é a sede do município, aonde também teria dado início à construção de uma capelinha. Há controvérsias tanto sobre sua instalação nessa data como a respeito de sua iniciativa de construção do templo de madeira, precursor da Capela de 1741. Por este motivo, é atribuída a data de 1741, quando Francisco Carvalho da Cunha<sup>3</sup> estabelece-se nos campos de Viamão, no sítio chamado Estância Grande, onde doou o espaço e ergueu a capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Além disso, segundo Costa (1991), não se limitou à

<sup>1</sup> Tropeiro de pouca expressão, entretanto recebeu herança da família (curtume e terras) em Santo Amaro SP e em Minas Gerais.

<sup>2</sup> Esposa de Diogo Fonseca Martins. Natural de Santos. Filha do Capitão-Mor de Laguna, Francisco de Brito Peixoto, local onde seu pai Domingos de Brito Peixoto explorou em 1679.

<sup>3</sup> Estancieiro, natural de Minas Gerais. Proprietário de sesmarias na região de São José dos Pinhais (Paraná), nos campos das Vacaria e nos Campos de Viamão. Sua família mantinha comércio tropeiros em Sorocaba (SP).

construção, como tropeiro que conduzia gado vacum, cavalari e muar para Curitiba e Sorocaba, requereu e obteve deferimento para negociar gado com o intuito de comprar escravos para serem zeladores do templo. Assim, com a vinda de elementos açorianos, a quem foram doadas várias sesmarias, o povoamento recebeu grande impulso.

Em 1747, de acordo com Silva (1996), Viamão passou a ser freguesia, por ocasião da invasão castelhana (1766) se instalava nela a sede do governo da capitania. E em 1880 desmembra-se de Porto Alegre para tornar-se vila e sede do município. A importância histórica e social, segundo a mesma autora, de Viamão iniciou quando foi sede das primeiras estâncias de criação de gado. Os grandes rebanhos de gado e cavalos, que existiam na campanha do Rio do Prata, transitavam por Viamão para serem comercializados em Laguna (SC).

Conforme Barroso (2008), a partir de 1732, O Rio Grande de São Pedro - como era conhecido o Rio Grande do Sul - passou a atrair colonizadores que se radicaram na região de Viamão. O município, portanto, foi um dos primeiros núcleos de povoamento do Estado (formado por lagunenses, paulistas, escravos e portugueses). Só a partir de 1752 chegaram os primeiros casais de imigrantes açorianos, que desembarcaram na região de Itapuã. Esses açorianos são os mesmos que colonizaram a região do Porto dos Casais, atual capital do Estado. Além de Porto Alegre, a população de Viamão originou cidades como Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo, Taquari e as cidades do litoral norte. Os habitantes originais foram os índios mbyá-guaranis. Em Viamão, atualmente, existem três áreas de reservas indígenas: “[...] a do Canta Galo, com 128 pessoas divididas em 27 famílias e numa área de 48 ha; a Reserva Indígena da Estiva com 79 pessoas e 17 famílias em 07 ha e a Aldeia Itapuã com 14 famílias e 22 ha. Essas áreas são habitadas por indígenas da etnia Mbyá Guarani” (COOPERATIVA, 2006, p.78).

Em 1763, Viamão passou a ser sede do governo do RS, transferida da Vila do Rio Grande, em função da invasão do Estado pelos espanhóis. Em 1773 a sede passa, então, para Porto dos Casais (atual Porto Alegre). Viamão também foi palco de operações militares na época farroupilha. Até hoje, há restos de embarcações farrapas no fundo das águas do Guaíba, em Itapuã, no canal a Ilha do Junco e o Morro da Fortaleza. Preservam-se, também, as trincheiras, no Bairro Lomba do Tarumã, em Viamão, lugar onde os Farroupilhas se defendiam dos ataques do Império (BARROSO, 2008).

Há muitas versões quanto ao nome Viamão. Uma das versões é a de que, a certa altura do Rio Guaíba, pode-se avistar cinco afluentes (rios Jacuí, Caí, Gravataí, Taquari e dos Sinos), que formam uma mão espalmada. Daí a expressão: "Vi a mão". Alguns atribuem à "ibiamon", que significa "Terras de Ibias" (pássaros). Outros afirmam que seria uma passagem entre montes, o que chamavam de via-monte. Ou ainda o relato de que teria como origem o antigo nome da província de Guimarães, em Portugal: Viamara. Há também uma versão que seria de Via-Montes, vilarejo de Portugal. Este nome inclusive sendo de um instituto, Instituto Via-Montes, uma Organização da Sociedade Civil de Interesses Públicos (OSCIP), que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável de Viamão, fundado em 01 de agosto de 2007 (BARROSO, 2007).



Figura 02: Igreja Matriz de Viamão, Fonte: (VIAMÃO, 2011).

De acordo com Cirne (2006) o Município de Viamão é o 5º maior município da região metropolitana e o 46º do estado em extensão territorial, e está dividido em 07 distritos.

Sede ou Urbano, onde se encontram os bairros Centro, Tarumã, Passo da Figueira, Santo Onofre e São José. A Peri-urbana compreende as localidades do Fiúza e Jardim Krahe, apesar de se localizarem próxima à sede, cerca de 5 km, desenvolvem atividades olerícolas, com destaque para cultivo de folhosas, como alface, couve, tempero verde, agrião. Também a Lomba do Sabão ou Passo do Sabão, distante 9 km da sede, predominantemente urbano, formado pelas vilas populares, Grande Santa Isabel, Grande Cecília e Grande Dorneles.

Nestas áreas identifica-se o cultivo de alface, agrião e tempero verde em áreas agroecologicamente imprópria<sup>4</sup> (CIRNE, 2006).

Rural que abrange as localidades da Estância Grande e Passo dos Negros, distante cerca de 10 km da sede, onde se observa a pecuária de leite e criação de bovinos de corte e cultivo de hortaliças (CIRNE, 2006). Na localidade da Estância Grande, está inserida a comunidade Quilombola da Barragem.

O nome é uma alusão à construção de uma barragem na década de 50 que favoreceu os rizicultores e deixou submersas algumas áreas da comunidade, que também havia sido doação da matriarca Anastácia, casada na Capela Matriz de Viamão, em abril de 1928. Terra que foi habitada por seus descendentes, onde atualmente vivem praticamente idosos entre 60 e 80 anos, que sobrevivem de aposentadorias e ajudas. (COOPERATIVA 2006, p.79)

De acordo com Cirne (2006), Águas Claras e Morro Grande, distante 25 km da sede, possui um centro urbano e a maior área é rural, composta de pequenas, médias e grandes propriedades. Está presente o arroz irrigado, pecuária de corte e sítios de lazer. Na localidade da Boa Vista região arrozeira<sup>5</sup> e Aguas Claras, atualmente, se observa a exploração da mineração para extração de areia para construção civil.

Espigão, distante 15 km da sede, caracterizado pela forte pressão de urbanização, onde ocorre uma grande concentração de sítios de lazer. A área rural produz olerícolas nas proximidades dos veios de água (CIRNE, 2006).

Capão da Porteira distante 45 km da sede, totalmente Rural, marcado pela produção de arroz irrigado, gado de corte e leiteiro, ovinos. A produção informal de queijos está concentrada nas pequenas propriedades na localidade de Lombas, cabe destacar nesta localidade a comunidade tradicional Quilombola.

Na comunidade do Cantão na estrada das Lombas, havia em janeiro de 2005, 62 pessoas, em 18 famílias, sendo que ela existe desde o período da libertação dos escravos. A terra foi obtida neste período através de doação da viúva de um proprietário. Estima-se que a área era de aproximadamente 40 ha, sendo que hoje não ultrapassa os 20 ha, por volta de 01 ha por família. A produção é basicamente para a subsistência das famílias. Os principais

---

<sup>4</sup> São áreas situadas às margens de pequenos rios ou córregos. Que por se localizarem dentro ou próximo às Vilas ou ocupações irregulares, são na maioria dos casos poluídas por esgoto doméstico. Além disso, as plantações avançam sobre áreas que deveriam ser destinadas a mata ciliar.

<sup>5</sup> Expressão extraída do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Território Rural (2006 - 2020, p.5).

produtos são a mandioca, o milho e a criação de alguns animais. (COOPERATIVA, 2006, P.80)

Conforme Cirne (2006) Passo D'areia distante 15 km da sede, totalmente rural, passa por um processo de urbanização caracterizado por sítios de lazer, pequenas propriedades e Olarias. É uma região aonde se concentravam tafonas e olarias até meados do século passado.

Itapuã dista 31 km da sede, distrito rural/urbano, com a presença de áreas de proteção ambiental do Parque Estadual de Itapuã. É forte a avicultura empresarial praticada pela Brasil Foods, olerícolas folhosas na colônia japonesa na área da reforma agrária, produção leiteira na Varzinha do Jacaré e Costa do Oveiro (CIRNE, 2006).

Segundo Cirne (2006) o solo de Viamão é pobre em nutrientes, não podendo ser considerado fértil, exceto nas várzeas e nas áreas turfosas (manchas de solo entre Viamão e Gravataí). É um solo frágil, propenso a erosão, necessitando de práticas e tecnologia no manejo, a fim de evitar a degradação. Apresenta falta de água moderada devido à textura muito arenosa, com pouca capacidade de retenção da água. O relevo do município é bem diversificado, variando de morros, a extensas várzeas. No sentido norte-sudeste, o município é contornado por morros encontrados nos distritos do Espigão, Passo da Areia e Itapuã. Logo após encontram-se os campos, onde se observa extensas várzeas e planícies que se estendem até o oceano Atlântico. Os morros são de origens graníticas e arenosas graníticas em função do intemperismo.

De acordo com Cirne (2006), a vegetação é formada por florestas e campos caracterizada pela diversidade de tipos fisionômico-florístico em decorrência de fatores ambientais determinantes, como os morros graníticos, as restingas litorâneas, banhados inundáveis, a planície sedimentar não consolidada, florestas, dunas e outras formações. O clima de Viamão está classificado como subtropical úmido, sem estações de secas, com temperaturas médias em torno de 22C°, regime de chuvas bem distribuídas com precipitações médias anuais 1.100mm a 1.300mm. Há ocorrência de nevoeiros pela elevada umidade atmosférica, devido à presença de massas de ar marítimas e massas lacustres.

## 4.2 RESGATE HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS EM VIAMÃO

Segundo entrevista feita com os técnicos da EMATER, a produção de hortaliças no Município de Viamão teve seu início entre as décadas de 60 e 70, na localidade de Itapuã, distante 40 km da sede do município, em uma área destinada à reforma agrária. Os assentados, após adquirirem os títulos de posse, comercializaram essas áreas (por intermédio da Secretaria de Agricultura do Estado) a um grupo de japoneses que imigraram do Japão nos anos 60 e produziam hortaliças no Município de Porto Alegre, na localidade do Lami. Conforme os técnicos da EMATER, a Secretaria de Agricultura do Estado comercializou, para esse fim, lotes de terra de 25 hectares a um valor simbólico.

A partir disso, tem-se o início da produção de hortaliças e a consolidação da Colônia Japonesa no Município de Viamão, a qual se destaca até hoje pela produção de folhosas como alface, couve e tempero verde, além de pepinos para salada e conserva. Esses produtores, entretanto, adotam tecnologias de cultivo baseadas na agricultura convencional, mesmo conhecendo alternativas de produção, como a agricultura orgânica. A comercialização da produção é feita, na sua maioria, na Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA), salvo pelas pequenas vendas diretas a minimercados da Vila de Itapuã.

Com relação à produção de hortaliças orgânicas, pode-se dizer que ela é, ainda, insipiente em Viamão. Sua gênese é creditada aos anos 80, através de uma família de origem Alemã, migrante do Município de Santa Cruz, RS. No começo, o cultivo era feito em uma área arrendada e seus produtos eram comercializados de porta em porta. Em seguida, a família se associou a uma cooperativa de produção agroecológica para comercialização e certificação; contudo, anos mais tarde, a cooperativa entrou em falência. Atualmente, essa família cultiva hortaliças em área própria e pertence à outra rede certificadora de produtos orgânicos - a Rede Ecovida. A sua produção, assim, tornou-se diversificada, contendo alface, rabanete cenoura, brócolis, abobrinha, tempero verde, radite e berinjela, entre outros. E a comercialização é realizada, exclusivamente, na Feira de Agricultura Ecológica, em Porto Alegre.

## 5 PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS EM VIAMÃO

Para se caracterizar a produção de hortaliças em Viamão, fez-se necessário o uso de entrevistas a produtores do município, a partir de um recorte no universo daqueles que cultivam tanto de modo convencional como orgânico. Adotou-se, então, como critério de escolha, os que historicamente têm mais tradição e expressão na produção de hortaliças. Por esse motivo, elegeu-se a Zona de Itapuã e a Zona Peri-urbana como referência, por conter um número significativo de famílias produtoras de hortaliças e por possuir semelhança no modo de produção e na estrutura de mão de obra familiar, além de acrescentar mais representatividade à pesquisa.

Na escolha dos produtores convencionais, quatro são da localidade de Itapuã (Colônia Japonesa), distante 40 km da sede do município, e seis são da região Peri-urbana. Para preservar o sigilo acadêmico, a identidade das pessoas será preservada, sendo utilizadas numerações de 1 a 10 para a sua identificação.

Já a produção orgânica de hortaliças de Viamão, ainda insipiente, conta com aproximadamente seis produtores. Desses, foram entrevistados os dois mais representativos, identificados com as numerações 11 e 12, localizados na localidade de Estância Grande e no assentamento de reforma agrária em Morro Grande.

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES CONVENCIONAIS DE HORTALIÇAS

O produtor 01 nos relata que trabalha com hortaliças convencionais há aproximadamente 23 anos em uma área de 03 hectares arrendada, onde planta alface, couve e tempero verde, entre outros. Para desempenhar as atividades de cultivo ele conta com o auxílio da esposa e filho, quando necessário utiliza mão de obra de diaristas.

O produtor 02 é um imigrante japonês, com cerca de 70 anos, e um dos primeiros moradores da Colônia Japonesa. Ele foi o pioneiro no cultivo convencional de hortaliças em Viamão, na localidade de Itapuã. Atualmente, produz alface, couve e tempero verde em uma

área de 4,5 hectares, de um total de 23 hectares de sua propriedade. Esse produtor desempenha suas atividades em conjunto com a sua esposa, além do filho e a nora. Além disso, conta com dois funcionários assalariados para a execução das atividades diárias.



Figura 03: Imigrante japonês, Fonte: Arquivo pessoal, Maio 2011.

A propriedade do produtor 03 também está inserida na Colônia Japonesa, onde cultiva hortaliças de modo convencional desde meados da década de 70, em 10 hectares de um total de 50 hectares de área própria. Sua produção está centrada no plantio de alface, couve, rúcula, radite e tempero verde. Para atender a demanda de serviços, ele conta com o auxílio de quatro familiares (ele, a esposa, o irmão e a cunhada), além de dois funcionários assalariados, ambos com idade média de 40 anos. Nas épocas que demandam mais mão de obra, preparo do solo e plantio, são contratados diaristas conforme a necessidade.

A propriedade do produtor 04 se localiza, igualmente, na Colônia Japonesa, com área total de cerca de 24 ha. Desta, apenas 4,5 ha são usados para o cultivo convencional de alface, couve, tempero verde e pepinos para conserva e salada. Isso porque parte do solo da propriedade é turfoso e encharcado, o que impossibilita a prática da olericultura. De acordo com ele, o Estado vendeu os lotes na década de 70 e os deixou em condições para começar a plantar: “Eles nos venderam, mas isso aqui era tudo mato; aí eles mandaram uns trator de esteira pra desmatar, e deixaram limpo”. Ele ainda relata que: “Nos dois primeiros anos tivemos a beira da fome; eles desmataram tudo e ficou um descampado. Chegava a dá aquelas tempestade de areia, pois aqui onde não encharcado, parte do solo é arenoso”. Atualmente, ele trabalha em parceria com um casal para cultivar suas hortaliças.



A propriedade 05 localiza-se na região do entorno de Viamão, distante cerca de 4 km da sede do município, na localidade do Fiúza. Ele possui área própria e usa para o plantio cerca de 5 ha, dividido entre couve, alface, radite, chicória e outras folhosas. Conta, para o trabalho, com o auxílio de dois filhos e suas noras, além de um empregado assalariado.



Figura 04: Vista parcial da propriedade 05, Fonte: Arquivo pessoal, Maio 2011.

Na localidade do Fiúza encontra-se a propriedade 06, distante cerca de 3 km da sede do município. A propriedade é própria, onde são cultivados 02 ha de alface, rúcula, radite, tempero verde e couve, entre outros. Para o plantio, cultivo e comercialização, são necessárias três pessoas: o casal e um empregado diarista, caracterizando um modelo de gestão familiar.



Figura 05: Vista da propriedade 06, Fonte: Arquivo pessoal, Maio 2011.

A propriedade 07 situa-se próximo ao rio Fiúza, distante cerca de 4 km da sede do município. Ela é arrendada e possui, aproximadamente, 5 ha utilizados para plantar agrião

couve, alface e tempero verde. O mesmo relata que trabalham na propriedade ele e mais um diarista: Segundo ele, “se tu botar empregado de carteira, eles te botam na justiça. Assim eu chamo um quando preciso”.



Figura 06: Produção de agrião, Fonte: Arquivo pessoal, Maio 2011.

A propriedade 08 situa-se as margens da rodovia RS 118, na localidade da Estância Grande, distante cerca de 6 km da sede do município. Esse olericultor conta com 5 ha de área própria, além de mais 5 ha arrendados, onde produz couve, alface e tempero verde. Esta propriedade, o regime de trabalho é a parceria. Nesse caso, o proprietário fornece todo o material necessário para plantio, como trator com encanteiradeira, mudas e insumos, e fica com 60% da produção; o restante é dividido entre os outros dois sócios.



Figura 07: Canteiros de tempero verde, Fonte: Arquivo pessoal, Maio 2011.

A propriedade 09 localiza-se no bairro do Passo do Vigário, distante 5 km da sede do município. O olericultor cultiva, no modo convencional, couve, radite, rúcula e tempero verde numa área arrendada de 5 ha. Para execução das atividades, ele conta como o auxílio de um diarista.

A propriedade 10 também se situa na localidade do Passo do Vigário, distante cerca de 4 km da sede do município. Esse olericultor produz hortaliças numa área própria de 5 ha. Lá, ele cultiva couve, alface, tempero verde e radite no modo convencional. Para desempenhar as atividades de preparo do solo, cultivo e comercialização ele conta com a parceria de um sócio. E além deles, são necessárias mais cinco pessoas para dar conta do trabalho.

#### 5.1.1 Quanto ao uso do sistema convencional

A maioria dos produtores de hortaliças convencionais afirma ter iniciado suas atividades olerícolas na década de 70, à exceção dos produtores 05 e 09, que principiaram na década de 80, e o produtor 07, no ano de 2000. Pelos relatos, percebe-se que a adesão dos produtores ao modelo convencional se deu de forma natural, visto que, historicamente, esse foi o modelo preconizado pelo estado e fortemente difundido e utilizado. Desde então, suas atividades olerícolas foram forjadas nesse padrão. Além disso, esses produtores destacam a falta de oferta de mão de obra e a necessidade de resultado mais prático e rápido como fatores que contribuíram para a adoção do modelo de cultivo convencional.

As falas dos produtores 03 e 04 resumem a decisão tomada pela totalidade de olericultores convencionais quando indagado pela opção pelo cultivo convencional. O primeiro disse que “o convencional é mais prático, já o orgânico em escala maior é complicado; e nessa área que eu planto precisa de bastante gente e aqui quase não se acha gente que trabalha com o convencional, que dirá com o orgânico!”. O produtor destaca, ainda, que quando eles começaram a cultivar hortaliças, “a única alternativa de produção naquela época era essa, não se falava em orgânicos antigamente”. O produtor 04 complementa: “Na época que comecei a trabalhar com verduras, orgânico era sinônimo de baixa qualidade”.

Portanto, os relatos dos horticultores retratam a realidade vivenciada por essa parcela de agricultores convencionais, onde o modelo preconizado pelo estado na época reflete seus resultados até atualidade.

### 5.1.2 Dificuldades à conversão de sistema

A escassez de mão de obra no meio rural, em especial na atividade oleícola, é uma realidade enfrentada pela totalidade dos horticultores entrevistados. No contexto vivenciado, esse fato aparece como uma das principais dificuldades enfrentadas e, com certeza, representa um obstáculo à transição para o cultivo orgânico, bem como um subterfúgio à permanência nesse modelo de cultivo. A entrevista com o olericultor 02 corrobora a situação: “Tem se tornado cada vez mais difícil encontrar pessoas para trabalhos manuais nas horta de verdura”. Ele, assim, revela que esse pode ser considerado um dos principais fatores pelo qual permanece produzindo de forma convencional, uma vez que, segundo ele, “a agricultura orgânica precisa bastante de mão de obra”. Indagado, então, por que não começou com o cultivo orgânico, já que antigamente havia mão de obra na zona rural, ele disse: “Antigamente não se falava em orgânico, isso começou de uns anos pra cá e agora isso tá virando moda”.

Já os produtores 01 e 07 argumentam que além da escassez de mão de obra, a fertilidade do solo das suas propriedades é baixa e que o acesso ao crédito é limitante. Nesse sentido, o produtor 01 relata o seguinte: “Cada dia está mais difícil de se encontrá gente para trabalhar e o crédito não tá fácil”. Além disso, eles destacam que a fertilidade da terra não é boa, por ser um solo arenoso e fraco. O produtor 01 ainda destaca: “Isso me impede de aumentar a área plantada e a produção. E se fosse o caso de mudar de sistema de produção, tem que botá muito esterco e se gasta muito com veneno, pois na terra fraca vem muito inço, se não coloca veneno e adubo não colhe”. O produtor 07 completa, argumentando que o acesso ao crédito limita a sua produção: “Não adianta, quando se consegue ele é uma exploração”. A principal dificuldade encontrada para ele se manter produzindo, assim, é a falta de financiamento a juros mais baixos.





Figura 08: Área de plantio na propriedade do produtor 01, Fonte: Arquivo pessoal, Maio 2011.

Na fotografia acima é possível observar os canteiros de pimentões e a adubação com cama aviária no centro das leiras, constatando que esse solo carece de fertilidade.

Semelhante aos agricultores anteriores, as dificuldades encontradas pelos produtores 09 e 10 para produzir, além da mão de obra, são a fertilidade do solo e, no verão, a escassez de água. Para eles, a fertilidade do solo só é possível melhorar com o emprego de agroquímicos. O solo dessas propriedades, segundo eles, já vem sendo utilizado na horticultura há bastante tempo. Para o produtor 10: “Isso vai desgastando a terra e cada vez mais ela pede mais adubo, o que encarece o custo de produção”. Para eles, a baixa fertilidade do solo é o principal entrave para a transição a outro modelo, pois segundo o produtor 10, “nessa terra fraca se não coloca adubo e veneno não se colhe nada”.

Os olericultores 02 e 03 apresentaram como fatores limitantes à produção nas suas propriedades, além da pouca oferta de mão de obra, o fato de o solo ser bastante úmido, o que torna a mecanização impraticável, impossibilitando a ampliação da área cultivada. Essa dificuldade de trabalhar a terra, portanto, desestimula o cultivo orgânico.

Outro fator que aparece como obstáculo para os produtores 05 e 06 é a prestação de serviço de trator. O olericultor 05 relata que possui somente um micro trator, o qual não dá conta de todo serviço. Ele, então, necessita terceirizar a maior parte do preparo dos canteiros, o que encarece a produção. O horticultor 06 já aponta o fato de não possuir trator e ter de contratar esse serviço: “é um gasto a mais que a gente tem”. Nesse sentido, percebe-se que

além da mão de obra, a contratação de serviço terceirizado de trator aparece como fator limitante para essas propriedades.

Outra dificuldade percebida no relato do agricultor 08 é o alto custo de produção, o qual compromete boa parte do lucro. Além disso, percebe-se nele a dependência ao modelo de cultivo convencional pela ampla preocupação em usar agroquímicos, o que dificultaria a transição para outro modelo de produção.

### 5.1.3 Comercialização

A comercialização das hortaliças, para a maioria dos olericultores convencionais, a exceção dos produtores 07, 09 e 10, se dá na CEASA. De acordo com os relatos, esse episódio ocorre pela comodidade que esse canal de comercialização oferece. Devido a pouca mão de obra, a praticidade justifica o modo de comercialização. O produtor 02 complementa: “Como são poucas pessoas envolvidas na produção de hortaliças, a comercialização tem que ser simplificada”. Ele, ainda, destaca a facilidade de programar as atividades a serem realizadas na propriedade: “Nós temos os dias certos para fazer as entregas. É mais rápido e prático: colhe e entrega”.

Portanto, para grande parte dos olericultores, devido à demanda de serviço gerada no cultivo das hortaliça, a comercialização na CEASA é a forma que mais os beneficia, tanto em termos de tempo como de retorno financeiro, ao contrário da comercialização em minimercados na localidade.

Os olericultores 07, 09 e 10 revelam que realizam a comercialização direta da produção nos supermercados locais. Eles apontam como justificativa para a opção, o fato de suas propriedades estarem adjuntas a zona urbana e próxima dos supermercados locais. Segundo eles, essa circunvizinhança facilita a entrega, bem como as cobranças. Além disso, eles afirmam que a venda direta elimina os atravessadores e os favorece no valor final de seu produto, proporcionando, por consequência, melhor renda.

#### 5.1.4 Questão Ambiental

A questão ambiental não passa despercebida pela totalidade dos olericultores entrevistados, sendo que eles demonstram entendimento sobre o assunto. Porém, quando há a necessidade de aplicação de algum herbicida, fungicida ou afim, eles não abrem mão dessa técnica. Conforme relata o produtor 03: “A gente usa o que precisa pra planta vim, não podemos deixa ela aduecer, senão perdemos dinheiro”. A justificativa apresentada por ele é de que sem a adição desses insumos, ele não consegue produzir, refletindo o pensamento dos demais olericultores.

Para algumas propriedades, a preservação ambiental tem espaço na sua atividade olerícola, mas elas não abrem mão de agroquímicos para fertilização e controle fitossanitário. Para amenizar esse impacto, eles adotam algumas técnicas de cultivo, onde se destaca a plasticultura<sup>6</sup>, prática comum entre alguns olericultores.



Figura 09: Cobertura de canteiros com técnica de plasticultura, Fonte: Arquivo pessoal, Maio 2011.

A figura acima demonstra o emprego da técnica de plasticultura para a cobertura dos canteiros e o uso da irrigação, denotando certo grau de especialidade da atividade olerícola. De acordo com o produtor 02, ele adota a técnica da plasticultura para diminuir os custos com

---

<sup>6</sup> Essa técnica visa à cobertura do solo com lona plástica, impedindo o aparecimento de plantas invasoras. Esse material plástico tem dupla coloração, de um lado cor preta e do outro a cor branca. Utiliza-se a parte com coloração preta para cima, no período de inverno, para diminuir os efeitos das baixas temperaturas no solo, já o lado de cor branca, ocorre o efeito inverso, utiliza-se no verão para mitigar os efeitos das altas temperaturas no solo.

os herbicidas e a irrigação para manter a umidade do solo durante verão e nos períodos de escassez de chuva. Para ele, “as alface querem umidade, calor e adubo”.

É importante destacar que o produtor 04 revela ter utilizado na sua propriedade técnicas que envolvem a preservação ambiental, como o controle biológico. Ele, porém, interrompeu o seu uso pelo fato da EMATER ter suspenso o subsídio do frete, pois o produto vinha de fora do estado. Sem o auxílio, ficou economicamente inviável a manutenção da técnica. Ainda assim, permanece implícito o comprometimento com o meio ambiente. Nesse sentido, ele adota técnicas que visam à diminuição dos insumos químicos, com destaque também para a plasticultura.

Em relação à questão ambiental na propriedade 05, o produtor afirma que, na medida do possível, preserva a mata nativa existente na propriedade. Porém, não ficou claro o seu comprometimento com o meio ambiente. Da mesma forma que os demais olericultores, ele afirma utilizar agroquímicos sempre que necessário, não apontando perspectiva de redução.

Os produtores 06 e 07, quando arguidos sobre a questão ambiental, revelaram que “não é novidade o assunto”. Todavia, não hesitam em usar agroquímico para controle fitossanitário. Segundo o produtor 06: “se não botá veneno, não se colhe, e se não se colhe, não se recebe - eu preciso me manter”. Para esses horticultores, portanto, fica claro que a preservação ambiental permanece em segundo plano.

Finalmente, é possível inferir que, apesar dos olericultores terem conhecimento sobre a questão ambiental, não hesitam em utilizar os pacotes tecnológicos ligados ao uso de agroquímicos, preconizados desde o início de suas atividades olerícolas. Entretanto, percebe-se que o modelo convencional, arraigado na cultura dos horticultores, tornou-os dependentes de insumos externos. Conforme relata o olericultor 10: “Quando há necessidade, temos que usar os fertilizantes e defensivos, não temos alternativa, do contrário não colhemos”. Ele destaca, ainda, que “a gente planta aqui há tanto tempo e da mesma forma”. Desse modo, fica implícito o desinteresse pela preservação ambiental. Por outro lado, fica evidente que a fator econômico suplanta a questão ambiental, embora seja relevante a falta de perspectiva de manutenção da família de outra maneira.



## 5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE HORTALIÇAS

A propriedade do olericultor 11 fica distante cerca de 8 km da sede do município, e possui área total de cerca de 10 ha, sendo que apenas 05 ha são cultivados. O restante da área comporta fontes de água, mata ciliar e áreas em pousio, além de um pequeno açude usado como fonte para a irrigação das hortaliças. Para o desenvolvimento das atividades, esse produtor conta com o auxílio da sua esposa e um diarista; os filhos ajudam mais durante a feira que ocorre aos sábados, em Porto Alegre. Inicialmente, esse olericultor pertencia a uma cooperativa ecológica. Porém, com o seu fechamento, ele se associou à Rede Ecovida<sup>7</sup> e, hoje, sua propriedade se encontra em fase final de certificação.



Figura 10: Canteiros com policultivo de hortaliças orgânicas, Fonte: Arquivo pessoal, Maio 2008.

A propriedade do produtor 12 é parte integrante do assentamento da reforma agrária de Viamão. Ela possui uma área de cerca de 10 ha, onde se produz hortaliças no modo orgânico há, aproximadamente, dois anos. Esse olericultor cultiva alface, couve, couve chinesa, tempero verde, repolho, brócolis beterraba e rúcula. Baseado no policultivo (cultivo de espécies diferentes de hortaliças na mesma área), as atividades olerícolas realizadas na propriedade são realizadas essencialmente pelo casal e seus filhos. Para a produção orgânica,

---

<sup>7</sup> A Rede Ecovida são agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais. Juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia, organizam-se para desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia, estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos, articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas, aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular, e ter uma marca e um selo que expressem o processo, o compromisso e a qualidade dos produtos ecológicos.

o agricultor conta com uma assessoria técnica. A certificação é feita pela empresa IMO<sup>8</sup> e Coperav<sup>9</sup>, e acontece uma vez por ano: “eles vem aqui, vistoriam a produção, fazem coletas para análise e, depois, dão o certificado de orgânico”. As mudas das hortaliças são adquiridas em Viamão, num produtor especializado em cultivo orgânico de mudas.



Figura 11: Policultivo de hortaliças orgânicas, Fonte: Arquivo pessoal, Maio 2011.

### 5.2.1 Quanto ao uso do sistema orgânico

Segundo o produtor 11, desde o início da década de 80 ele cultiva hortaliças orgânicas como: alface, couve, radite, feijão, batata doce, milho, aipim, amendoim, abobrinha da Itália, moranga, melancia, berinjela, cana de açúcar, temperos, chás, nabo, beterraba, rabanete e cenoura. Indagado sobre o motivo que o conduziu a cultivar organicamente, ele respondeu: “no meu ponto de vista dá mais lucro, é mais saudável, eu não gasto com veneno, nem adubo”. O produtor destaca, ainda, que na sua infância se criou plantando fumo, “e fumo, o senhor sabe, tem que botar veneno, e eu simplesmente não quis mais isso pra mim”. Dessa forma, ele revela que sua produção é livre de pesticidas: “dá um pouco mais de trabalho, mas de um jeito ou de outro temos que trabalhar”.

---

<sup>8</sup>IMO do Brasil é associada do Grupo IMO Internacional com sede na Suíça, uma das maiores redes mundiais de certificadoras de produtos orgânicos e pioneira na área de certificação de produtos sustentáveis. Atua há dez anos no Brasil, oferecendo serviços de inspeção, auditoria e certificação nas áreas de produtos alimentícios, agrícola, florestal e em setores industriais onde produtos de fontes renováveis e sustentáveis são processados e transformados. Fonte: IMO do Brasil.

<sup>9</sup>Cooperativa dos produtores orgânicos da reforma agrária de Viamão – Coperav.

Já o produtor 12 passou a plantar hortaliças orgânicas a partir do ano de 2008. O produtor optou pelo cultivo orgânico de hortaliças através da influência da cooperativa que dá assistência técnica aos assentados. Ele informa que antes de cultivar hortaliças, plantava arroz: “eu lidava muito com veneno, botei na cabeça que ia mudar e parei com veneno”.

### 5.2.2 Limitações da produção orgânica

O olericultor 11 relata que, para desempenhar suas atividades e conseguir ampliar sua área de plantio, bem como aperfeiçoar o tempo de preparo do solo e os tratos culturais manuais nas hortaliças, foi necessário a aquisição de um trator. Porém, cabe destacar que o cultivo de orgânicos demanda tratos culturais manuais e, por esse motivo, a mão de obra torna-se imprescindível. Nesse contexto, a escassez na oferta de trabalhadores acaba, então, tornando-se um fator limitante da produção.

Já o horticultor 12 quando indagado sobre a oferta ou adesão a linhas de créditos, disse: “prefiro não me envolver com isso”. Ele destaca como complicado o acesso ao crédito, porém esse fator não representa uma limitação ao seu modo de cultivo, apenas o olericultor o aponta como “difícil e muita burocracia”. A mão de obra não aparece como dificuldade ou limitante, pois ela é superada pela força de trabalho familiar.

A carência de uma política pública voltada ao incentivo da produção, comercialização e consumo de produtos orgânicos por parte do poder público local, acaba surgindo como um fator limitante. Nesse contexto, essa deficiência interfere na expansão da produção de hortaliças e, por consequência, acaba restringindo o campo de atuação.

### 5.2.3 Comercialização

Inicialmente, a produção olerícola da propriedade 11 era comercializada em um sistema de venda direta nas proximidades da propriedade. Há alguns anos, esse produtor

recebeu a visita de um pesquisador do curso de Agronomia da UFRGS, que o aconselhou a participar da Cooperativa Ecológica Coolmeia de Porto Alegre. Com a cooperativa, a sua realidade começou a mudar. A cooperativa buscava na propriedade os produtos e o pagamento era efetuado na vez seguinte. Assim, iniciava-se o progresso financeiro da família.

Quando foi criada a Feira Ecológica do Bom Fim, no município de Porto Alegre, esse produtor passou a comercializar a sua produção no entreposto da cooperativa e na feira ecológica. Com o passar dos anos, o volume comercializado na feira foi aumentando e o meio de transporte teve que acompanhar a demanda. Atualmente, o produtor possui um caminhão que, segundo ele, sai da propriedade com carga máxima e retorna vazio, com exceção dos dias de chuva, quando há um pequeno retorno. O que pode ser aproveitado é doado a creches, e o que não serve para consumo humano é destinado à alimentação dos suínos existentes na propriedade. Nesse sentido, a renda da propriedade é gerada totalmente com a comercialização das hortaliças na feira.



Figura 12: Comercialização na Feira Agroecológica do Bom Fim, Fonte: Arquivo pessoal, Maio 2008.

A propriedade 12 obtém sua renda exclusivamente da comercialização direta da produção de hortaliças em restaurantes do município e da Capital, além da feira ecológica que ocorre toda quarta-feira no centro de Viamão. A opção pelo modelo de comercialização direta é intrínseca ao cultivo orgânico. Isso faz com que haja uma aproximação e fidelização com o consumidor, o que proporciona socialização do conhecimento através do intercâmbio entre produtor e consumidor.

#### 5.2.4 Questão Ambiental

As questões ambientais, tanto para o produtor 11 como o 12, são relevantes ao ponto de os conduzirem a eleger o modelo de cultivo orgânico como opção. Nele, o comprometimento com o meio ambiente é o cerne das ações desenvolvidas nas suas atividades olerícolas. Além disso, outros interesses, como as questões socioculturais, estão inseridos no espaço de produção orgânica, onde o saber local é valorizado, ocorrem trocas de informações e o conceito socioambiental e cultural é desenvolvido continuamente.

### 5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir do estudo realizado nas propriedades produtoras de hortaliças convencionais e orgânicas é possível descrever algumas percepções.

Primeiramente, pode-se destacar que a mão de obra surge como um fator fundamental na produção de hortaliças no município de Viamão. Nesse sentido, ela é considerada escassa na totalidade das propriedades observadas, e representa, para a maioria dos produtores, restrição à ampliação e manutenção das atividades. A escassez de mão de obra na produção de hortaliças convencional e orgânica reflete, também, a dificuldade da manutenção dessa parcela de agricultores no meio rural. Essa faceta negativa está exposta nas realidades das propriedades analisadas, o que torna a produção de hortaliças uma atividade a ser mais valorizada pelo poder público.

O outro ponto que fica evidente e merece destaque é a sucessão familiar que, em algumas propriedades, observa-se a possibilidade de interrupção, pois somente os progenitores desenvolvem as atividades agrícolas com auxílio de mais um ou dois diaristas, conforme a necessidade. Esse estudo aponta, então, para o envelhecimento do meio rural no que se refere à produção de hortaliças em Viamão. Isso, com certeza, merece maiores esclarecimentos futuros pelos gestores públicos, tanto no plano municipal, como no estadual e federal, para que proponham políticas públicas mitigatórias para suavizar esse processo.

Além disso, a análise do estudo realizado nas propriedades produtoras de hortaliças convencionais constatou-se que para a maioria dos produtores, apesar de fazerem um controle precário dos custos de produção, os mesmos apontaram para a lucratividade desse cultivo.

Outra situação observada nas entrevistas é que a negociação direta na CEASA proporciona, aos olericultores convencionais, um canal de comercialização mais curto. Porém, alarga o caminho dessa mercadoria em relação ao consumidor final. Por outro lado, o mesmo não ocorre com a produção orgânica. Pode-se afirmar, então, que o canal de comercialização do orgânico estreita essa relação produtor-consumidor, o que cria, na maioria das vezes, a fidelização do cliente.

Uma realidade que fica evidente, ainda, é que a gênese da produção de hortaliças em Viamão, a partir da década de 70, trouxe consigo os reflexos dos pacotes tecnológicos oferecidos como alternativa de produção na época. Observa-se, assim, que a maior parte das propriedades de cultivo convencionais estudadas se estruturou para desenvolver o modelo de produção hoje vigente, servindo como estímulo para a sua continuidade.

Uma questão relevante apontada nas entrevistas é que a baixa fertilidade do solo é vista, pelos olericultores convencionais, como fator determinante para a manutenção do modelo convencional de cultivo de hortaliças. Esse pretexto corrobora a idéia citada por eles de que não conseguiriam produzir hortaliças sem adição de agroquímicos, o que os conduz a permanecer produzindo hortaliças no modelo convencional. Por outro lado, verificou-se que, no cultivo orgânico, a infertilidade do solo é superada através da adição de adubação verde e composto orgânico, o que contribui significativamente para a reestruturação da composição do solo e melhora da qualidade do produto final.

Para finalizar, o modelo convencional de produção de hortaliças em Viamão se sobrepõe ao cultivo orgânico pelo fato de, historicamente, o padrão promovido pelos órgãos responsáveis pela assistência técnica e extensão estar baseado no viés tecnológico e imediatista, sem tornar a questão ambiental relevante na produção. Cabe salientar, que, aliados a esse fato, a fertilidade do solo e a oferta de mão de obra contribuem fortemente para que esses olericultores permaneçam nesse modelo de produção.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das atividades relacionadas à elaboração desse estudo, as dificuldades encontradas foram a ausência de material específico referente ao histórico da produção de hortaliças no município de Viamão. Outro fator é à distância e o difícil acesso entre as localidades, sendo que para elaboração desse estudo houve a necessidade de mais de uma visita.

A fim de responder à pergunta que norteou esse trabalho – por que a maioria dos produtores de hortaliças cultiva no sistema convencional e não orgânico? – podem-se tecer algumas considerações.

Primeiramente, nota-se uma acomodação dos produtores ao sistema de cultivo historicamente oferecido. Isso se deve, conforme a fala da maioria dos entrevistados, ao fato de que, quando esses agricultores iniciaram a produção de hortaliças (década de 60 e 70), o modelo preconizado era baseado nos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Historicamente, esse modelo foi oferecido aos olericultores e se perpetua até a atualidade. É importante observar que, com o uso contínuo do solo (na maioria dos casos, na mesma área) houve o seu empobrecimento e degradação, restando ao olericultor utilizar e continuar se utilizando desse pacote de agroquímico.

A outra situação é que o cultivo convencional exige menos mão de obra em relação ao orgânico, pois a escassez de mão de obra é superada com o uso de mecanização. Isso torna o modelo de produção convencional mais ágil, prático e rápido. Essa realidade acaba contribuindo para a resistência à mudança de modelo de cultivo. Aliado a isso, o cultivo convencional assenta-se em produção de grande escala e monocultivo, favorecendo o emprego dessas tecnologias. Nesse contexto, observa-se, ainda, que o cultivo convencional promove uma rápida reposição da fertilidade do solo, o que estimula o *status quo*.

A partir da interpretação do estudo, constata-se, também, a ausência de políticas públicas voltadas a incentivar a produção e o consumo de alimento orgânico. A política pública se justifica, pois historicamente o modelo oferecido pelo estado se reflete na atualidade.

Como alternativa de transição, poderiam ser elaborados programas de desenvolvimento rural baseado nas necessidades locais, onde o produtor seria inserido no contexto de tomada de decisões e no processo de incentivo à produção de alimentos sem agroquímicos e com baixo impacto ambiental. Nesse sentido, requerem-se Políticas Públicas nos planos municipal, estadual e federal, onde fosse despertado tanto o produtor como o consumidor, criando alternativas de capacitação para produção e comercialização.

É importante destacar, a partir das falas dos entrevistados que tem como prática a agricultura orgânica, que não só a qualidade do produto é o benefício principal da atividade, mas também as questões ambientais referentes aos menores impactos que este tipo de modelo oferece e a reestruturação da fertilidade do solo constatada na produção. Além disto, deve-se considerar que o valor da produção é mais atrativo ao produtor, pois ela despense menos insumos que a convencional, aumentando, então, a lucratividade.

Finalmente, embora a transição seja lenta e gere insegurança àqueles que se mantêm no modelo convencional, as políticas devem contribuir para a mudança de paradigma. Isso pode ser feito através, não só de recursos financeiros, mas também com informações e formações que conscientizem tanto os atores sociais locais como o consumidor. Então, infere-se que as práticas agrícolas não devem ser lineares, mas, sim, promotoras de contínua reposição do sistema produtivo. Assim, a transição do modelo convencional para o orgânico pode ser estimulado ao se buscar uma produção de qualidade, alimentação de qualidade e a sustentabilidade ambiental, discurso aclamado por muitos, mas praticados por poucos.



## 7 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BARROSO, Vera Lúcia (organizadora). **Raízes de Viamão: memória, história e pertencimento**. Prefeitura Municipal de Viamão. Porto Alegre: Editora EST, 2008.

BRASIL. Ibge. Governo Federal. **Censo: Demográfico**. Estatística Populacional. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 mai. 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Agronegócio. Presidência da Republica. **IN 007/1999: Definição de Agricultura Orgânica**. Legislação. Disponível em: <[www.mapa.gov.br](http://www.mapa.gov.br)>. Acesso em: 19 mar. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Presidência da Republica. **IN 01/2009: Definição de Agricultura Familiar**. Legislação. Disponível em: <[www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)>. Acesso em: 10 jul. 2011.

CIRNE, Mauro M. Santos. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Território Rural, 2006-2020** Prefeitura Municipal de Viamão. 2006. 68 p.

CONTERATO, Marcelo Antonio e FILIPI, Eduardo Ernesto. **Teorias do Desenvolvimento**. SEAD. Editora UFRGS. 2009.

COOPERATIVA, Ambiens Sociedade. **Leitura Técnica Participativa: Plano Diretor de Viamão**. volume 02 Curitiba: Ambiens Cooperativa, 2006. 191 p.

COSTA, Maria Fraga Dorneles da. **Viamão, Berço da Colonização Gaúcha**. Porto Alegre: Alcance, 1991. 208 p.

DIAS, Thiago Ferreira. **Agricultura Convencional e Agricultura Ecológica: um debate sobre a sustentabilidade de um novo sistema agrícola**. In: Anais do III Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2006.

FILHO, Hildo Meirelles de Souza e BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: Editora UFSCAR. 2005.

FRAGA, Maria Dorneles. **Viamão: Berço da colonização gaúcha**. Porto Alegre: Editora EVANGRAF. 1983.

GERHARDT, Tania Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. SEAD. Editora UFRGS. 2009.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. 1º ed. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2000.

IMOCONTROL (Brasil). Imo. **Certificadora:** Produtos orgânicos. Organização Participativa de Certificação. Disponível em: <[www.imocontrol.com.br](http://www.imocontrol.com.br)>. Acesso em: 19 mar. 2011.

MAIA, Claudio Machado. **A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.** 2008. 103 f. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Regional) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz Do Sul Unisc, Santa Cruz do Sul, 2008.

PASCHOAL, Adilson D. **Produção Orgânica de Alimentos.** 1º ed. São Paulo: Agricultura Sustentável para os Séculos XX e XXI, 1994.

\_\_\_\_\_. **Figura da Igreja Matriz:** Igreja Matriz. Disponível em: <[www.viamao.rs.gov.br](http://www.viamao.rs.gov.br)>. Acesso em: 19 mar. 2011.

REDE ECOVIDA (Brasil). Ecovida. **Certificadora:** Produtos orgânicos. Organização Participativa de Certificação. Disponível em: <[www.ecovida.com.br](http://www.ecovida.com.br)>. Acesso em: 19 mar. 2011.

SILVA, Ary Caldeira da. **Assim nasceu Viamão: Observações sobre a história de Viamão.** Porto Alegre: Editora EVANGRAF, 1996.

SOGLIO, Fabio Dal e KUBO, Rumi Regina. **Agricultura e Sustentabilidade.** SEAD. Editora UFRGS. 2009.

VIAMÃO. Prefeitura Municipal de Viamão. Governo Municipal. **Mapa de Localização:** localização de Viamão. Disponível em: <[www.viamao.rs.gov.br](http://www.viamao.rs.gov.br)>. Acesso em: 19 mar. 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar: realidades e perspectivas 2º ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p.23-56.

## 8 APENDICE

### Apêndice A – Roteiro de entrevista

1. Desde quando o Senhor Planta hortaliças?
2. Qual a sua área plantada?
3. A área é arrendada ou própria?
4. Quantas cultivares o Sr. planta?
5. Como é a comercialização? Feira, direto para supermercado, CEASA ou vende para atravessador?
6. Tem outra fonte renda externa?
7. Qual o modelo de gestão, parceria ou sozinho?
8. Porque escolheu tal prática cultivo?
9. Como é a mão de obra, é familiar ou assalariada?
10. Quantas pessoas têm envolvidas na produção?
11. Qual a idade média destas pessoas?
12. Como é a parte social, festas, futebol, etc.?
13. Qual a principal dificuldade encontrada para se manter produzindo?
14. Como é a oferta de mão de obra?
15. Existe algum tipo de controle de custos?
16. Quais?
17. O acesso ao crédito chega a ser um limitante para sua produção?
18. Ele existe?
19. O crédito influencia ou influenciou no modelo de produção?
20. Existe assistência técnica por parte de órgãos públicos ou privados, relacionada às atividades de produção, comercialização e certificação?
21. Como é sistema de certificação?
22. Como observa a questão ambiental?

## 9 ANEXOS

Anexo A - Selos de certificação de produtos orgânicos e ecológicos.

